

Herança romântica e ecologismo contemporâneo*

Existe um vínculo histórico? ¹

Romantic heritage and contemporary ecologism

Is there an historical link?

JOSÉ AUGUSTO PÁDUA ²

Professor do Departamento de História da UFRJ

RESUMO O artigo analisa a existência de possíveis conexões históricas entre a herança romântica e o ecologismo contemporâneo, constatando a existência de importantes paralelos entre algumas das sensibilidades e visões apresentadas por ambos movimentos, mesmo considerando as diferenças de contexto histórico. Apesar disso, a influência histórica do romantismo sobre o ecologismo deve ser analisada principalmente em termos indiretos, na medida em que o movimento romântico promoveu uma abertura histórica para a valorização do mundo natural no universo da modernidade. O reconhecimento explícito desta influência por parte dos atuais ecologistas é relativamente pequeno, sendo mais forte no mundo anglo-saxão do que nos contextos germânico, francês e brasileiro. É preciso considerar, além disso, que o ecologismo possui uma genealogia híbrida e complexa, que combina elementos advindos de dife-

* Artigo recebido em: 06/09/2004 - Aprovado em: 11/10/2004.

1 O presente artigo baseia-se em uma palestra apresentada no ciclo "Somos Todos Pós-Românticos?", realizado em 2002 no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro. Agradeço os comentários de Luiz Fernando Duarte, Clarisse Fukelman e demais participantes do debate.

2 Autor do livro *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista*. E-MAIL: jpadua@terra.com.br

rentes tradições intelectuais e políticas. A influência iluminista sobre o ecologismo, por exemplo, vem sendo cada vez mais constatada, especialmente na politização da ciência e na postura crítica diante da realidade social. O vínculo histórico entre romantismo e ecologismo, portanto, não deve ser nem exagerado nem descartado. O artigo termina com uma análise dos limites aparentes na profundidade da crítica da civilização formulada pela cultura romântica brasileira, fator que teria contribuído para a pequena apropriação desta herança intelectual por parte do pensamento ecologista existente no país.

Palavras-chave romantismo, ecologismo, história cultural, história ambiental, Brasil

ABSTRACT The article investigate the existence of possible historical connections between the Romantic inheritance and contemporary ecologism, evidencing the existence of important parallels between some of the visions presented in both movements, even considering the differences of historical context. Despite this fact, the historical influence of the Romantic heritage on contemporary ecologism must be considered mainly in an indirect way, since the Romantic Movement promoted a historical opening for the positive evaluation of the natural world in the universe of Western modernity. The direct recognition of this influence by present day ecologists is relatively small, being stronger in the Anglo-Saxon world than in Germany, France or Brazil. It must be considered that environmentalism has a hybrid and complex genealogy that combines elements of different intellectual and political traditions. The influence of the Enlightenment vision on modern ecologism, for example, is becoming each time more evident. It appears especially in the political uses of science and the critical approach in face of social reality. The connection between Romanticism and ecologism, therefore, must not be exaggerated or discarded. The article finishes with an analysis of the apparent shallowness in the critique of civilization formulated by Brazilian romantics in the 19 C. This factor contributed to the small appropriation of this intellectual inheritance by present day Brazilian ecologists.

Key words Romanticism, Ecological Movement, Cultural History, Environmental History, Brazil

I

Para discutir o conteúdo desta pergunta é preciso, em primeiro lugar, definir o que entendo por “ecologismo contemporâneo”. Não me refiro à ciência da ecologia, um ramo das ciências naturais que tem por

objetivo, nas palavras do seu idealizador Ernst Haeckel, em um texto de 1868, estudar “o conjunto das relações dos organismos com o mundo exterior que os ambienta, com as condições orgânicas e inorgânicas da existência” (ACOT, 1988: 44). Refiro-me ao campo cultural, social e político muito mais amplo que, na passagem do século XX para o XXI, articulou-se em torno da palavra “ecologia”. Na verdade, a enorme expansão do uso social desta palavra, em um espaço de menos de 140 anos, constitui um dos capítulos mais fascinantes da história intelectual contemporânea.

O projeto teórico lançado por Haeckel, que criou a palavra “ecologia” em 1866, apenas começou a ser praticado de forma sistemática, institucionalizando-se como disciplina científica, na passagem do século XIX para o XX. Através das pesquisas realizadas por Eugenius Warming³ e outros, ficou evidente o potencial do enfoque ecológico para o entendimento da dinâmica comportamental das plantas e dos animais. O acúmulo posterior deste tipo de pesquisa levou à criação de sociedades científicas de ecologia na Inglaterra, em 1914, e nos Estados Unidos, em 1916.

Até aquele momento, a idéia de ecologia estava firmemente situada no universo das ciências biológicas. Ao longo do século XX, no entanto, ela passou por um forte processo de expansão no rumo de outras disciplinas acadêmicas e espaços sociais. A “ecologia humana” cultivada pelos sociólogos da “Escola de Chicago”, na década de 1920 (GAZIANO, 1996), e a “ecologia cultural” difundida pelo antropólogo Julian Steward a partir da década de 1930 (NEVES, 1996) foram os passos iniciais de um processo que posteriormente penetrou na economia, na história, na psicologia, na arquitetura e nas mais diferentes disciplinas.

A partir da década de 1960, ocorreu um movimento expansivo ainda mais surpreendente, quando o conceito de ecologia rompeu os muros da academia para transformar-se em um dos ícones centrais do imaginário social contemporâneo. Desde então ele passou a inspirar o estabelecimento de movimentos sociais e organizações não-governamentais, práticas sociais e ações coletivas, partidos políticos, políticas públicas em diferentes níveis e articulações importantes no campo das relações internacionais. Mais ainda, ele penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, nas dinâmicas publicitárias e nos diversos aspectos da arte e da cultura. Este processo atingiu inclusive um grau considerável de universalidade. Ape-

3 O livro de WARMING *Ecologia das Plantas*, publicado em 1895 em dinamarquês, é considerado o primeiro tratado científico que reivindicou explicitamente a prática do conceito de ecologia. É significativo o fato do autor ter vivido no Brasil entre 1863 e 1866, atuando como assistente do famoso paleontólogo dinamarquês P. W. Lund em Lagoa Santa (Minas Gerais). O estudo empírico da vegetação do Cerrado foi um marco importante no desenvolvimento das suas concepções sobre a dinâmica das comunidades vegetais.

sar das variações existentes na intensidade da aceitação social e do uso coletivo da discussão ecológica, mais forte em alguns países e regiões, é cada vez mais difícil encontrar uma sociedade contemporânea onde ela não esteja presente com alguma dose de relevância. A idéia de ecologia, enquanto identificadora de um complexo de percepções, inquietações e elaborações intelectuais sobre os dilemas da relação entre a humanidade e a natureza, vem se tornando ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica deste campo cultural complexo.

É especialmente importante, neste sentido, evitar a adoção de visões homogêneas e simplistas diante deste campo cultural. Existe uma grande diversidade no interior das suas fronteiras instáveis e imprecisas. Mas também existem, por certo, elementos comuns que permitem considerá-lo como um campo mais ou menos definido. É o caso da valorização do mundo natural e, mais ainda, da sua expressão concreta sob a forma do planeta Terra e da variedade de ecossistemas e formas de vida nele existentes. Tal valorização, porém, pode ocorrer de diferentes maneiras. Ela pode basear-se, por exemplo, na defesa do valor intrínseco do mundo natural — buscando uma ética pós-antropocêntrica ou mesmo pós-humanista (especialmente forte na corrente filosófica denominada “ecologia profunda”). Ou então no reconhecimento do seu grande valor instrumental para a sobrevivência e destino da humanidade, fundamentando a proposta de uma mudança na relação com o mundo natural a partir das exigências sociais e políticas da contemporaneidade (como apontam as correntes da “ecologia social” e da “ecologia política”). Em ambos os casos, de toda forma, a cultura ecologista condena a visão exclusivista e auto-referida da existência humana, chamando atenção para a sua interdependência e inter-relação com as outras formas de vida. Trata-se, portanto, de uma visão integrativa e interativa, que enfatiza a unidade aberta e dinâmica do mundo biofísico (FOX, 1990 e ZIMMERMAN, 1994).

A cultura ecologista também critica a ideologia do progresso permanente e inevitável, chamando atenção para o caráter não-determinado do futuro e para a possibilidade da catástrofe. Ou seja, a possibilidade de que espécies e populações, incluindo obviamente as antroppo-sociedades, cheguem ao fim da sua trajetória evolucionária através da destruição das condições ecológicas de sua existência. As formas econômicas e sociais, neste sentido, precisam estabelecer relações sustentáveis com os espaços naturais onde se manifestam, sob pena de destruir as bases materiais da sua reprodução. Os padrões de produção e consumo da civilização urbano-industrial estabelecida nos últimos séculos, que provocou um gigantesco incremento nos fluxos de apropriação da

matéria e da energia existentes no planeta (PÁDUA, 1999), exercendo um enorme impacto sobre os ecossistemas naturais, é vista com desconfiança crítica, apesar das propostas alternativas diante da mesma poderem variar consideravelmente. Alguns ecologistas, por exemplo, defendem um retorno a formas pré-industriais de vida social, valorizando a vida comunitária tradicional nos espaços rurais e florestais. Outros defendem alternativas pós-industriais, onde o avanço científico-tecnológico, conduzido por uma ética sustentabilista, possa embasar a construção de um novo equilíbrio dinâmico na relação da humanidade com o planeta, fundado em relações mais justas e eqüitativas entre os próprios seres humanos (CARLEY e SPAPENS, 1998). Em ambas as propostas, porém, a visão ecologista critica a mentalidade aquisitiva e o consumismo vulgar, defendendo o estabelecimento de padrões conscientemente limitados de consumo material, no nível individual e social, e valorizando os espaços da subjetividade, da arte e da convivência interpessoal como eixos da realização humana.

Não é difícil perceber, com base na síntese apresentada acima, mesmo que necessariamente simplificada, a possibilidade de estabelecer conexões entre o ecologismo contemporâneo e o movimento romântico dos séculos XVIII e XIX. Até porque um dos aspectos mais centrais e inclusivos daquele movimento intelectual foi justamente a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos. Esta valorização, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, exerceu uma influência genérica sobre o conjunto da cultura ocidental. É preciso levar em conta, porém, que os modos de valorização da natureza no romantismo não foram homogêneos, assim como não foi homogêneo o próprio ideário romântico. O mundo natural foi louvado por alguns românticos no seu aspecto rural-agrícola, seja com base no viver simples das comunidades de camponeses e artesãos, seja na ligação entre a família patriarcal e a terra estabelecida através da grande propriedade aristocrática. Repetiu-se aqui a tendência pós-renascentista de reduzir a imagem de “natureza” à paisagem dos jardins e dos campos arados. Em outros momentos, através de um importante esforço de inovação intelectual, o romantismo consagrou a imagem da natureza no seu aspecto selvagem, através da visão de sociedades tribais ou viajantes vivendo em harmonia com amplas e sublimes paisagens de florestas, savanas, cordilheiras ou desertos. A atribuição de um caráter sublime a estes espaços derivou diretamente das reflexões estéticas de Burke e das descrições literárias de Rousseau e de Wordsworth (BATE, 1991). Mas é importante considerar, rompendo com qualquer simplismo esquemático, que a contribuição do iluminista Kant, através das suas Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime, de 1763, não foi menos importante nesta direção (NASH, 1982).

A necessidade de superar análises simplistas aparece também no exame da obra individual de autores fundamentais na formação da cultura romântica. O papel de Rousseau no estabelecimento de uma visão positiva do mundo natural, por exemplo, tanto no plano teórico quanto no da vida cotidiana, tem sido constantemente ressaltado. Mas a qualidade dessa valorização precisa ser melhor discutida. Apesar de alguns analistas o apontarem como precursor direto da mentalidade ecológica (LAFRENIERE, 1990), o filósofo suíço não chegou a enfrentar de maneira radical o tema da destruição ambiental. É verdade que muitas vezes se menciona o lamento expresso nos “Devaneios do Caminhante Solitário”, de 1782, pela destruição de uma pequena ilha no lago de Bienne, que seria sacrificada para que sua terra pudesse ser utilizada na recomposição de outra ilha maior. Mas o fato é que Rousseau não derivou deste episódio uma análise mais ampla sobre a necessidade de conservar a natureza, e sim uma reflexão essencialmente política sobre o fato de que “a substância do fraco é sempre usada em proveito do poderoso” (ROUSSEAU, 1986: 71). No seu “Projeto de Constituição para a Córsega” de 1765, por outro lado, ele alertava para o fato de que “na medida em que aumentar a população da ilha e se multiplicarem os desflorestamentos, haverá nos bosques um rápido desgaste que só muito lentamente se poderá remediar”. Mas a solução proposta diante deste problema, que ameaçava também a França e a Suíça, não estava na proteção integral dos bosques devido ao seu valor intrínseco, e sim no seu uso previdente e racional. Era necessário “estabelecer uma correta política florestal e regulamentar os cortes de tal modo que a produção iguale ao consumo” e priorizar a exploração e venda “dos bosques antigos e que já não rendem, deixando porém de pé quantos se mostrem vigorosos, pois a seu tempo terão bom emprego” (ROUSSEAU, 1962: 213 e HARRISON, 1992). Uma postura mais próxima do que hoje chamaríamos de “desenvolvimento sustentável”, distante de uma ética fundada na “ecologia profunda”.

De toda forma, a despeito da heterogeneidade e complexidade mencionada acima, a defesa romântica dos espaços naturais em um momento de avanço da paisagem industrial e urbana, na passagem do XVIII para o XIX, apresenta um paralelo notável com a crítica ecologista do final do século XX, guardando-se as diferenças de escala e contexto histórico. O desconforto diante da crescente arrogância da tecnosfera industrial, em seu projeto de domínio sobre as forças naturais, aproxima o atual ecologismo da tradição romântica. É significativo o fato da crítica contemporânea aos perigos da modificação genética dos alimentos valer-se do termo “comida Frankenstein”, inspirando-se diretamente no personagem criado pela escritora romântica inglesa Mary Shelley em 1818, que apresentou uma clara condenação dos riscos de uma ciência desumanizada e vazia de limites éticos. Na verdade, o conjunto da ideo-

logia do progresso e da modernidade foi interpelado pela cultura romântica, que condenou a vigência de um pensamento cada vez mais abstrato e mecanicista, o desprezo pelas formas de vida tradicionais e a construção de uma paisagem cada vez mais poluída e massificada. Um conjunto de elementos que, de alguma forma, continua presente na crítica ecológica dos dias atuais.

Curiosamente, no entanto, quem primeiro chamou atenção para a conexão entre o ideário romântico e o ecologismo não foram os intelectuais associados com esta última corrente, mas sim os seus críticos racionalistas e defensores da modernidade realmente existente. Tal conexão foi estabelecida como categoria de condenação, associando o ecologismo com posturas reacionárias, passadistas e potencialmente autoritárias e anti-humanistas, tanto pela direita quanto pela esquerda. O conservador Thomas Shepard Jr., por exemplo, no seu “The Domsday Lobby” de 1973, acusou as idéias da bióloga e ecologista norte-americana Rachel Carson, que ajudaram a criar uma forte consciência pública nos Estados Unidos da década de 1960 quanto aos efeitos perversos do uso do DDT, de serem um ataque “ao progresso científico e tecnológico, aos Estados Unidos e à Humanidade” (MCCORMICK, 1995: 104). O socialista inglês Joe Weston, por sua vez, classificou as visões verdes como sendo direitistas por “acreditarem em limites naturais para o avanço humano”, “negarem as divisões de classe” e pregarem uma “visão romântica da natureza” (WESTON, 1986: 24). O paroxismo destas críticas quanto ao caráter irracional e aristocrático do ecologismo, manifestou-se na associação entre este último e a ideologia da unidade entre “sangue e solo” que ajudou a embasar teoricamente, com fortes raízes no conservadorismo romântico alemão, a política racista do nacional-socialismo. Defendeu-se até mesmo a tese de o regime hitlerista, através do seu ministro da agricultura Walther Darré, teria executado uma política econômica “verde” no meio rural alemão (BRAMWELL, 1985).

Todas estas visões condenatórias, de fato, pecam por tratar de maneira simplista um quadro histórico especialmente complexo e ambíguo. Não se pode negar que uma certa leitura do nacionalismo romântico, especialmente em suas versões mais vulgares, influenciou a mente dos líderes nazistas e o seu discurso ocasional de louvação das montanhas e das florestas como espaço de formação da grandeza da “alma germânica” (em contraposição à paisagem desértica da Palestina que teria formado a “alma judaica”). A afirmação de que o nazismo executou uma política econômica verde, porém, ignora o produtivismo industrial que sempre caracterizou aquele regime, com fortes conseqüências negativas do ponto de vista ambiental.

A insinuação de que o ecologismo contemporâneo situa-se no campo conservador e autoritário, por outro lado, ignora a realidade do qua-

dro político realmente existente. Examinando as propostas e programas políticos dos ecologistas, inclusive dos partidos organizados a partir desta tendência, é fácil constatar que em sua esmagadora maioria eles se situam no campo da esquerda, associando uma posição crítica diante do avanço da tecnosfera urbano-industrial com uma defesa intransigente dos direitos individuais e da radicalização da democracia. Os direitos das minorias e das atitudes libertárias no campo do comportamento individual também constituem um aspecto essencial destes programas. O mesmo pode ser dito do anti-militarismo e do fortalecimento de visões planetárias e cosmopolitas no plano internacional — e de posições regionalistas, federativas e de descentralização do poder político no plano nacional — que passam ao largo de qualquer nacionalismo agressivo. Em suma, existe no interior do atual campo ecologista uma forte tendência humanista ou eco-socialista que conjuga o estabelecimento de sociedades ambientalmente sustentáveis com a promoção da democracia política e social. Algo bastante diverso da herança nacional-socialista.

II

A identificação direta e genérica entre a tradição romântica e o ecologismo, desta forma, apresenta problemas consideráveis. Apesar de vários elementos apontados nos últimos parágrafos também fazerem parte de tradições românticas — como a defesa da liberdade individual e de formas comunitárias de relacionamento social — alguns analistas têm ressaltado, em sentido contrário, a relação do ecologismo contemporâneo com a herança teórica iluminista. É preciso considerar, neste sentido, que ele se fundamenta em grande parte na politização da ciência, na utilização de conhecimentos empíricos sobre os impactos biofísicos da ação humana como base para criticar modelos de produção ou, em um nível ainda mais profundo, modelos de civilização. Este tipo de atitude crítica, aliada a forte abertura para a ciência — um tanto o quanto ambígua, na medida em que o ecologismo vale-se de uma certa leitura da ciência moderna para criticar alguns dos efeitos destrutivos da própria pesquisa científica e tecnológica — fortalece os seus vínculos com a tradição iluminista.

Um outro vínculo aparece na sua postura crítica e reformista. Um dos eixos centrais do ecologismo encontra-se na crítica constante dos padrões de pensamento e formas de organização dominantes nas sociedades urbano-industriais, defendendo a sua transformação consciente em favor de formas ambientalmente sustentáveis de vida econômica e social, ou seja, formas definidas através de uma atitude de realismo crítico diante dos limites do planeta Terra (HAYWARD, 1994: 39). Mais ainda, formas sustentáveis que sejam consistentes com uma radicalização

dos princípios democráticos e da vigência de direitos universais. É o caso, por exemplo, do atual movimento em favor da justiça ambiental, entendida como um conjunto de novos direitos ambientais que devem ser estendidos igualitariamente ao conjunto dos indivíduos. Estes direitos manifestam o princípio de que nenhum grupo social — especialmente as comunidades pobres ou marginalizadas por razões raciais e culturais — seja discriminado ambientalmente, recebendo um peso desproporcional da degradação do espaço coletivo. E também, por outro lado, que os recursos naturais, como a água limpa, o ar puro, as terras férteis e as áreas verdes, sejam distribuídos da maneira mais equitativa possível pelo conjunto dos seres humanos, com base nos direitos teoricamente iguais que todos compartilham diante do grande comum planetário (DOBSON, 1995 e ACSERLALD, HERCULANO e PÁDUA, 2003).

Mesmo no que se refere às influências científicas sobre o ecologismo contemporâneo, é justo reconhecer que — se é verdade que a atividade científica não foi alheia à cultura romântica, que gerou intelectuais capazes de conciliar a sensibilidade subjetiva com a pesquisa empírica do mundo natural, como no caso de Alexander Humboldt (GUSDORF, 1985) — também é importante notar que a ciência de enfoque iluminista, desde os seus primórdios, foi capaz de estabelecer modelos de interdependência e unidade do mundo natural que serviram para fundamentar posturas críticas diante da ação destrutiva dos seres humanos. A idéia de “sistema da natureza”, criada pelo naturalista sueco Lineu, no século XVIII, possui um lugar fundamental na genealogia do conceito de “ecossistema”, criado por Arthur Tansley em 1934. Um texto publicado em 1760 por Lineu, por exemplo, em conjunto com H. Wilcke, afirmava que “a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnada alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre no universo” (LINNÉ, 1972: 118). Os impactos da interferência humana, neste marco de entendimento, com base apenas em interações materiais, sem recurso à idéia de uma “alma da natureza”, foram capazes de adquirir uma percepção de risco quase dramática.

É interessante observar que o próprio Arthur Tansley, que na juventude foi assistente de Herbert Spencer, criou o conceito de “ecossistema” com o objetivo de reagir a certas tendências organicistas, de linhagem “romântica”, que se observavam na ecologia vegetal da década de 1930, especialmente na obra de John Phillip e Frederic Clements. Estas tendências buscavam interpretar determinados conjuntos florísticos como sendo super-organismos, sujeitos aos sucessivos ciclos de nascimento, crescimento, morte etc. Tansley considerou este enfoque muito determi-

nista, trabalhando para elaborar um conceito alternativo que pudesse expressar a visão interacionista e integrativa da ecologia sem lançar mão de metáforas organicistas (MCINTOSH, 1985: 193). Em outras palavras: a ecologia sistêmica, que tanta influência exerce sobre o ecologismo atual, deriva seus fundamentos de padrões científicos clássicos e racionalistas. Uma afirmação que não invalida, por certo, a importância que a ciência romântica do século XIX, e a cultura romântica em geral, possa ter tido na constituição da sensibilidade ecológica no universo da modernidade,

O ponto central é exatamente este: a genealogia do ecologismo contemporâneo não pode ser estabelecida de maneira simplista. O reconhecimento do peso da herança romântica, em toda a sua diversidade, não deve inibir o igual reconhecimento do peso da herança iluminista, também dotada de grande diversidade (para mencionar apenas dois grandes padrões da vida intelectual moderna). O ecologismo é um campo cultural híbrido e variado, que expressa importantes dilemas teóricos e práticos da alta modernidade. No ecletismo deste campo é possível encontrar confluências entre idéias conservadoras, liberais e socialistas, associadas de maneira inovadora e, por vezes, surpreendente.

É possível afirmar, porém, que existe um reconhecimento explícito da herança romântica pelos ecologistas atuais? A não existência de uma resposta única para essa pergunta reflete a pluralidade de tradições românticas e de culturas políticas. No mundo germânico, por exemplo, apesar da enorme riqueza e perfeição formal da herança romântica, refletida em nomes como Schelling, Novalis, Herder, Goethe e Humboldt — pensadores voltados para o estabelecimento de relações de profundo respeito, comunhão e aprendizado com o mundo natural, tanto no plano subjetivo quanto objetivo — o reconhecimento explícito desta herança é bastante limitado. O mesmo pode ser dito em relação ao contexto francês, onde escritores românticos oitocentistas, como Chateaubriand e Michelet, foram importantes defensores do cuidado com o mundo natural, inclusive criticando de maneira forte e explícita a destruição das florestas e a extinção de espécies da fauna e da flora. É possível que, tanto no caso germânico quanto no francês, a presença desta aparente desconfiança esteja ligada ao peso da sensibilidade aristocrática e conservadora em grande parte da tradição romântica.⁴ O caráter conservador destes autores, de maneira geral, choca-se com a postura democrá-

4 Seria necessário estudar com mais profundidade as causas da relativamente pequena utilização da herança Rousseauiana no moderno ecologismo francês. Esta herança, do ponto de vista ecológico, vai bem além da obra exclusiva de Rousseau. Seu amigo e discípulo Bernardin de Saint Pierre, por exemplo, foi um dos escritores românticos mais radicais na defesa de uma mudança na relação entre os seres humanos e o mundo não-humano. Ele chegou a questionar a própria idéia de agricultura, comparando a arrogância dos humanos em modificar a paisagem natural com a brutalidade do tirano da Sicília, que cortava os membros dos viajantes para adapta-los à sua cama de ferro (GROVE, 1995: 251).

tica e esquerdista que caracteriza a maior parte dos ecologistas atuais. No caso alemão, como já foi mencionado acima, tal desconfiança possui um sentido ainda mais grave, tendo em vista o lugar da retórica romântica na experiência totalitária do nazismo.

Já no mundo anglo-saxão, ao contrário, o reconhecimento da herança romântica é relativamente forte no ecologismo contemporâneo. No caso da Inglaterra, essa identificação estabeleceu-se especialmente a partir da herança do movimento “arts and crafts” e do “socialismo de guilda” cultivado por nomes como William Morris e John Ruskin. Estes autores buscaram conjugar a recuperação romântica do passado medieval inglês com uma nova proposta socialista fundada na descentralização econômica, no trabalho cooperativo e na promoção de uma indústria artesanal que pudesse superar o holocausto estético provocado, aos seus olhos, pela paisagem industrial moderna (STANSKY, 1996). Este conjunto de idéias associou-se com o movimento concreto de preservação e valorização cultural das paisagens rurais inglesas, a imagem da “Merrie England”, valendo-se para isso, muitas vezes, de vozes poéticas próximas das origens do romantismo, como William Blake e William Wordsworth. A valorização do mundo natural e a crítica da ideologia do progresso industrial, neste contexto, assumiram um sentido social para além da nostalgia, conjugando-se com uma proposta de emancipação futura da classe trabalhadora. Intelectuais importantes do campo ecologista inglês, como o historiador E.P. Thompson e o teórico da literatura Raymond Williams, defensor explícito de uma alternativa eco-socialista que aproximasse o ecologismo contemporâneo da tradição trabalhista britânica, enfatizaram a herança dos socialistas de guilda, inclusive por assumirem um enfoque não-produtivista e não-massificado na construção de uma economia socialista (WILLIAMS, 1980). William Morris, por exemplo, defendeu a idéia de que seria desejável viver sem o uso do carvão mineral, ícone energético da revolução industrial inglesa, se “quisermos viver vidas agradáveis, ao invés de produzir todo tipo de máquinas que servem apenas para multiplicar a nossa servidão e miséria, além de espoliar metade da beleza e da arte do mundo para fazer os mercadores e os industriais mais ricos. Nos tempos antigos as pessoas viviam sem o carvão mineral e eram, segundo creio, mais felizes do que somos hoje, produzindo melhor arte e poesia” (WIENER, 1981:119).

Uma postura semelhante foi adotada pelos ecologistas norte-americanos, que desde o início reivindicaram a inspiração advinda dos pensadores do movimento transcendentalista do século XIX, como Ralph Emerson e Henry David Thoreau (FOX, 1981). O movimento ecologista que emergiu nos Estados Unidos das décadas de 1960 e 1970 soube aliar a forte valorização do mundo natural com uma postura anti-militarista

e de defesa dos direitos civis. Essa aliança revelou-se bastante apropriada diante das lutas contra a guerra do Vietnã e pelos direitos dos negros que dominaram a cena política daquele período histórico. A herança de Thoreau, que defendeu a desobediência civil diante da guerra, sendo preso por recusar-se a pagar impostos que financiassem o avanço militar norte-americano no México, foi particularmente celebrada. Um dos seus eixos centrais, justamente, foi a capacidade de utilizar a crítica ambiental como base para formular uma verdadeira crítica da civilização:

Hoje em dia quase todos os chamados melhoramentos feitos pelo homem, tais como a construção de casas e a derrubada das florestas e de todas as árvores grandes, simplesmente deformam a paisagem e fazem com que ela fique mais e mais domesticada e sem valor. Quem me dera um povo que preferisse pôr fogo nas cercas e deixar de pé as florestas!. (THOREAU, 1984 [1862]: 86).

Tal posição assumiu um caráter extremamente concreto do ponto de vista da ação social por haver inspirado a grande campanha pela criação de parques nacionais nas serras da Califórnia, na segunda metade do século XIX, liderada pelo naturalista John Muir, um seguidor da filosofia transcendentalista. O pano de fundo teórico desta campanha foi a desconfiança, resumida nas palavras de Thoreau, diante dos resultados da ação humana sobre o mundo da natureza, especialmente na moderna sociedade industrial.

III

Vimos, desta forma, que a influência da herança romântica sobre o ecologismo contemporâneo não deve ser nem absolutizada nem de todo descartada. Em um sentido geral, por certo, o movimento romântico influenciou o conjunto da sensibilidade moderna diante da natureza, afetando diretamente uma porção expressiva da melhor produção artística e intelectual dos últimos séculos. É provável que a abertura histórica proporcionada por este movimento, considerando um marco sociológico amplo, tenha sido uma condição necessária para a emergência posterior da consciência ecológica contemporânea. Como bem analisou Keith Thomas, focalizando o exemplo da Inglaterra, a cultura moderna de preservação da natureza, paradoxalmente, nasceu no contexto urbano da civilização industrial: “o crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. A recém-decoberta segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural”. No início do século XIX, nesse sentido, já era possível

detectar a consolidação de um “novo gosto” onde “o cenário mais admirado já não era a paisagem fértil e produtiva, porém a selvagem e romântica”, gerando “um interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual” (THOMAS, 2001: 317 e 356). Não se deve supor, contudo, que tal gosto tenha se tornado hegemônico. A cultura de elogio do progresso urbano-industrial continuou sendo um dos pilares da modernidade, apesar de matizada por contracorrentes culturais que, em sentido genérico, costumam ser identificadas como “românticas”.⁵

Em um sentido mais específico, no entanto, a herança romântica raramente é assumida pelo ecologismo contemporâneo, apesar de existirem paralelos marcantes entre algumas das inquietações e propostas expressas pelos intelectuais românticos dos séculos XVIII e XIX e os ecologistas dos séculos XX e XXI. O reconhecimento desta influência, como foi dito anteriormente, ganhou uma expressão mais relevante apenas no contexto anglo-saxão. Diante da pergunta que deu origem ao presente artigo, portanto, é preciso considerar, em primeiro lugar, a diversidade de romantismos, ecologismos e da relação entre eles. E também, em segundo lugar, a genealogia híbrida do campo ecologista contemporâneo, que utilizou, reciclou e re-significou influências românticas e iluministas, entre outras, para construir propostas alternativas diante dos dilemas sócio-ecológicos da atualidade.

Resta examinar brevemente, antes de encerrar estas reflexões, o lugar da herança romântica na constituição do ecologismo contemporâneo no Brasil. O reconhecimento explícito desta herança, é importante que se diga, foi praticamente inexistente. Os ecologistas brasileiros, até onde eu possa ter observado, não costumam citar antigos autores e artistas românticos para embasar suas reflexões e propostas. É possível afirmar, no entanto, a existência de uma certa influência indireta, na medida em que o romantismo brasileiro ajudou a construir uma imagem positiva do mundo natural, mesmo que idealizada e abstrata, ao transformar em símbolos de identidade nacional os céus, as águas e as magníficas florestas que compõem o “berço esplêndido” onde a nação está deitada. Esta atitude de valorização do mundo natural, presente tanto na cultura erudita quanto popular, é um recurso simbólico que vem sendo utilizado pelos ecologistas brasileiros da atualidade.

Por este mesmo motivo é bastante surpreendente a ausência de referências diretas ao romantismo por parte dos ecologistas brasileiros, já

5 É preciso também levar em conta, nesta complexa história cultural, que existiram, pelo menos a partir do século XVIII, importantes reflexões e práticas de conservação do mundo natural fundadas em pressupostos racionalistas e cientificistas, especialmente na tese de que o verdadeiro progresso dependia de um uso racional e cuidadoso dos recursos da natureza (Pádua, 2002: capítulo 1).

que esta tradição cultural apresenta um acúmulo considerável de manifestações artísticas em favor da dignidade dos povos indígenas e das paisagens naturais do país. É preciso considerar, neste sentido, que não existiu no Brasil, como no caso da Alemanha, um trauma político que estabelecesse um veto a esta conexão, apesar de uma certa identificação do romantismo com o passado monárquico e escravista do país. Para entender a desconfiança contemporânea, portanto, é preciso levar em conta dois elementos. Em primeiro lugar, a falta de consciência histórica por parte dos ecologistas brasileiros, até mesmo por força do desconhecimento historiográfico quanto à existência de uma tradição de crítica ambiental no Brasil dos séculos XVIII, XIX e início do XX.⁶ As referências teóricas dos ecologistas locais a partir da década de 1970 passaram muito mais por autores contemporâneos — europeus, asiáticos e norte-americanos — do que pelo passado intelectual brasileiro.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que os românticos brasileiros não chegaram a formular, de maneira geral, uma verdadeira crítica da civilização a partir da valorização da natureza, como ocorreu em alguns dos países citados anteriormente. Eles não chegaram, inclusive, a formular uma condenação efetiva da destruição do mundo natural vigente no país, que acabou sendo promovida de maneira muito mais intensa por intelectuais racionalistas e cientificistas (PÁDUA, 2002). Com exceção do importante livro de Manoel de Araújo Porto-Alegre sobre *A Destruição das Florestas*, publicado em 1845, apenas encontrei passagens relevantes de protesto contra a devastação ambiental, se bem que muito pontuais, em obras de Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães e José de Alencar. É possível que pesquisas posteriores venham a modificar esse quadro em algum nível, mas, ao que parece, a cultura que embasou a ideologia do eterno “berço esplêndido” não chegou a preocupar-se seriamente com o estado de conservação do mesmo.

Esta constatação ajuda a corroborar as críticas ao caráter superficial do naturalismo romântico no Brasil, que foram expressas, ao longo do tempo, por autores como Álvares de Azevedo, Gilberto Freyre e Luiz Costa Lima. O primeiro deles, por exemplo, em uma divertida passagem de sua peça *Macário*, ironizou os escritores que elogiavam os sertões e as florestas com base apenas na leitura das “páginas de algum viajante” e que havia esquecido de contar que “na floresta há insetos repulsivos, répteis imundos, que a pele furta-cor do tigre não tem o perfume das flores - que tudo isso é sublime nos livros, mas soberanamente desagradável na realidade” (citado em CÂNDIDO, 1981: II - 15). Freyre, por sua vez, falou em um “naturalismo morno e apenas literário, a sombra de

6 Meu livro “Um Sopro de Destruição”, que reconstitui pela primeira vez a história desta tradição intelectual no período que vai de 1786 a 1888, analisando cerca de 50 autores de época, apenas foi publicado em 2002.

mangueiras de sítio e macacos amansados pelos negros da casa” (FREYRE, 1977 [1836]: II - 576). E Costa Lima, em uma perspectiva mais analítica, argumentou que setores do romantismo europeu caracterizaram-se por “seu caráter de rebeldia contra a sociedade instituída”, de modo que o ato de “ir a natureza” representava “um estímulo à auto-reflexão libertadora”. O romantismo brasileiro, ao contrário, cortejado pelo patrocínio imperial, construiu uma visão da natureza cujo rumo não era o de “estimular a auto-reflexão, mas sim o de desenvolver o êxtase” (LIMA, 1984: 134).

É interessante observar que, em alguns poucos momentos, autores românticos brasileiros chegaram a delinear uma crítica civilizatória mais profunda. Estas críticas, no entanto, não foram levadas às suas últimas conseqüências teóricas. Mais ainda: elas foram seguidas, surpreendentemente, por uma atitude de recuo, uma espécie de rendição passiva diante da visão convencional de progresso.

Um caso muito significativo encontra-se no poema *O Ermo*, publicado em 1852 nos *Cantos da Solidão* de Bernardo Guimarães, um dos escritores que mais referiu-se à natureza e à cultura rústica na segunda geração do romantismo brasileiro. A primeira parte do poema pareceu expressar uma defesa radical da natureza contra a marcha da civilização. Os índios, muitas vezes tratados de forma abstrata nesse tipo de literatura, aparecem aqui como vítimas de uma violência concreta e desmedida:

Oh! Floresta, que é feito dos teus filhos? / Esta mudez profunda dos desertos
/ Um crime — bem atroz! — nos denuncia / O extermínio, o cativoiro, a morte
/ Para sempre varreu de sobre a terra / Essa mísera raça.

A chegada da fronteira econômica sobre os ermos do território é descrita como um processo dramático de destruição ambiental:

Hei-lo que vem, de ferro e fogo armado, / Da destruição o gênio formidável /
Em sua fatal marcha devastando / O que de mais esplêndido e formoso /
Alardeia no ermo a natureza / ...Oh! mais terrível / Que o raio, que o dilúvio, o
rubro incêndio / Vem consumir essa obra deplorável / Qual hidra formidável,
no ar exalta / A crista sanguinosa, sacudindo / Com medonho rugido as ígneas
asas / E negros turbilhões de fumo ardente / Das abrasadas fauces vomitando /
Em hórrido negrume os céus sepulta / Estala, ruge, silva, devorando /
Das florestas os cadáveres gigantes.

Mas na parte final do poema, de maneira imprevista, o forte protesto acaba desembocando em uma adesão conformista e esperançosa ao caminho inexorável do progresso. Nem sequer se busca uma feição menos agressiva do mesmo. Ele é aceito em seu sentido mais convencional:

Mas, não te queixes, musa; — são decretos / Da eterna providencia irrevogáveis! / Deixa passar destruição e morte / Nessas risonhas e fecundas plagas, / Como charrua que revolve a terra, / Onde germinam do porvir os frutos / O homem fraco, ainda, e que hoje a custo, / Da criação a obra mutilando / Sem nada produzir destrói apenas / Amanhã criará, sua mão potente / que doma e sobrepuja a natureza, / Há de imprimir um dia forma nova / Na face deste solo imenso e belo: / Tempo virá em que nessa valada / Onde flutua a coma da floresta / Linda cidade surja, branquejando / Como um bando de garças na planície;/... E esses rios, que vão por entre sombras / Onde caudais serenos resvalando / Em vez do tope escuro das florestas / Refletirão no límpido regaço / Torres, palácios, coruchéus brilhantes (Guimarães, 1959 [1852] : 36 - 39).

Não se trata, como se vê, de uma resignação lamentosa, mas sim de uma clara defesa da destruição como preço do avanço civilizatório. Uma defesa que apenas aparece mitigada nos últimos versos do poema, quando Guimarães imagina que a musa pátria, ao revolver “memórias das eras que já foram” e despertar “do passado lembranças quase extintas”, pode ser que “dos bosques teus, de tua rude infância, talvez terás saudade” (Idem: 40). Um sentimento levemente nostálgico, e mesmo assim em sentido apenas potencial, que não se compara à oposição ativa encontrada em alguns escritores românticos de outros países.

Cerca de quatro anos depois, José de Alencar praticamente repetiu a mesma operação. Nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoi-os*, de 1856, ele criticou a incapacidade de Gonçalves de Magalhães para transmitir condignamente a grandeza do meio natural brasileiro, em contraste com o que fizeram Chateaubriand em relação à Flórida e Bernardin de Saint-Pierre em relação à Ilha de França. Para fazê-lo de forma apropriada, afirmou, seria necessário que o poeta esquecesse as “idéias de homem civilizado” e, sentindo-se “filho da natureza”, se embrenhasse pelas “matas seculares” a contemplar as “maravilhas de Deus”. Até aquele momento, porém, essa natureza grandiosa ainda não tinha dado a um dos seus filhos o gênio suficiente para narrar toda a sua luz e beleza.

A questão era que o tempo para realizar essa utopia artística estava se estreitando, na medida em que “a civilização aí vem: o *wagon* do progresso fumega e vai precipitar-se sobre essa teia imensa de trilhos de ferro que em pouco cortarão as tuas florestas virgens. Os turbilhões de fumaça e de vapor começam a enovelar-se, e breve obscurecerão a limpidez dessa atmosfera diáfana e pura”. Diante dessa realidade natural, que “saiu nua das mãos de Deus”, as “mãos dos homens não podem tocá-la sem ofendê-la”. Ao invés de se indignar com essa perspectiva, porém, Alencar assumiu logo em seguida uma postura conformista e moderada:

Quem sabe! Talvez isso seja necessário. O Brasil, em toda a sua beleza natural, ofusca o pensamento do homem com a luz forte, que deslumbra a vista e cega. É preciso que essa luz perca um pouco de sua intensidade para que os olhos humanos possam se habituar a ela (1960 [1856]: 865).

Pode-se ver, desta forma, que os românticos brasileiros não foram capazes, até onde sabemos, de produzir uma reflexão crítica e radical que pudesse servir de real inspiração para os anseios teóricos e políticos dos ecologistas contemporâneos. Os indícios observados nas passagens citadas acima, no entanto, convidam à continuidade das pesquisas sobre essa temática, que podem vir a revelar elementos novos sobre a herança cultural do romantismo brasileiro e, conseqüentemente, fundamentar melhor sua relevância, ou irrelevância, para o atual debate filosófico e político sobre a construção de modelos menos destrutivos de relacionamento entre sociedade e território no país.

BIBLIOGRAFIA

- ACOT, Pascal, *Histoire de L'Écologie*, Paris, PUF, 1988.
- ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto, 2003, *Justiça Ambiental e Cidadania*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- ALENCAR, José de, "Cartas sobre a Confederação dos Tamoios" in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. José Aguilar, 1960 [1856].
- BATE, J., *Romantic Ecology: Wordsworth and the Environmental Tradition*, London, Routledge, 1991.
- BRAMWELL, Anna, *Blood and Soil: Walther Darré and Hitler's Green Party*, Bourne Ends, Bucks, 1985.
- CÂNDIDO, Antônio, *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981
- CARLEY, M. e SPAPENS, P., *Sharing the World: Sustainable Living & Global Equity in the 21st Century*, London, Earthscan, 1998.
- DOBSON, A., *Green Political Thought*, London, Routledge, 1995.
- DROUIN, Jean-Marc, *L'Écologie et son Histoire: Réinventer la Nature*, Paris, Flammarion., 1991.
- FOX, Stephen, *The American Conservation Movement: John Muir and His Legacy*, Madison, University of Wisconsin Press, 1981.
- FOX, Warwick., *Toward a Transpersonal Ecology*, Berkeley, Shambala, 1990.
- FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977 [1836].
- GAZIANO, E., "Ecological Metaphors as Scientific Boundary Work: Innovation and Authority in Interwar Sociology and Biology", *American Journal of Sociology*, Vol. 101-4, 1996.
- GROVE, R., *Green Imperialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- GUIMARÃES, Bernardo, *Poesias Completas*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1959.
- GUSDORF, Georges, *Le Savoir Romantique de la Nature*, Paris, Payot, 1985.
- HARRISON, Robert, *Forests: The Shadow of Civilization*, Chicago, The University of Chicago Press, 1992
- HAYWARD, Tim, *Ecological Thought: an Introduction*, London, Polity Press, 1996
- LAFRENIERE, Gilbert, "Rousseau and the European Roots of Environmentalism". *Environmental History Review*, vol. 14, n. 4, 1990.



- LIMA, Luís Costa, *O Controle do Imaginário*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LINNÉ, C. von , *L'Équilibre de la Nature*, ed. par Camille Limoges, Paris, J. Vrin, 1972.
- MCCORMICK, J. *The Global Environmental Movement*, Chichester, Wiley, 1995.
- MCINTOSH, Robert, *The Background of Ecology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- NASH, Roderick, *Wilderness and the American Mind*, 3a ed., New Haven, Yale University Press, 1982.
- NEVES, Walter, *Antropologia Ecológica*, São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- PÁDUA, J.A., "Produção, Consumo e Sustentabilidade: O Brasil no Contexto Planetário", *Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático*, n. 6, Rio de Janeiro, 1999.
- , *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- ROUSSEAU, Jean Jacques, *Os Devaneios do Caminhante Solitário*, Brasília, Unb, 1986.
- , *Obras*, Porto Alegre, Editora Globo, 1962.
- STANSKY, P., *Redesigning the World: William Morris, the 1880s and the Arts and Crafts*, London, 1996.
- THOMAS, Keith, *O Homem e o Mundo Natural*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- THOREAU, Henry, "Caminhando" in J. A. DRUMMOND, org., *Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos de Henry Thoreau*, Rio de Janeiro, Rocco, 1984 [1862].
- WESTON, J., ed., *Red and Green*, London, Pluto, 1986.
- WIENER, M., *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit*, London, Penguin, 1981.
- WILLIAMS, Raymond, *Socialism and Ecology*, London, Socialist Environment & Resources Association, 1980.
- ZIMMERMAN, M., *Contesting the Earth's Future: Radical Ecology and Postmodernity*, Berkeley, University of California Press, 1994.